



A educação ambiental no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP: concepções e práticas

Environmental education in the Elementary School of the College of Application of the Federal University of Sergipe - CODAP: conceptions and practices

Educación ambiental en la Escuela Primaria de la Facultad de Aplicación de la Universidad Federal de Sergipe - CODAP: concepciones y prácticas

Eliane Terezinha Farias Domingues¹

Maria Inêz Oliveira Araújo²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral compreender como a EA está presente nas concepções e práticas dos docentes do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP). A pesquisa é de abordagem qualitativa, com inspiração fenomenológica. Constatou-se que dos oito entrevistados, cinco possuem uma concepção de Meio Ambiente naturalista e/ou antropocêntrica concebendo a EA num viés preservacionista e/ou conservacionista e três entendem o Meio Ambiente como complexo, percebendo a EA de maneira crítica. Concluiu-se, que as concepções que os docentes possuem de Meio Ambiente e EA fundamentam suas práticas. Desse modo, comprovou-se que a concepção naturalista de Meio Ambiente e preservacionista de EA, bem como, a antropocêntrica de Meio Ambiente e conservacionista de EA, motivou atividades pontuais e isoladas, promovendo um saber acrítico. Já as práticas realizadas de maneira crítica e contextualizada balizaram-se num entendimento que vê o Meio Ambiente como complexo e EA numa concepção crítica.

Palavras-chaves: CODAP. Educação Ambiental. Interdisciplinaridade. Práticas Docentes.

Abstract

This article has the general objective of understanding how EE is present in the conceptions and practices of Elementary School teachers at the Colégio de Aplicação of the Federal University of Sergipe (CODAP). The research has a qualitative approach, with phenomenological inspiration. It was found that of the eight interviewees, five have a naturalistic and/or anthropocentric conception of the Environment, conceiving EE in a preservationist and/or conservationist bias, and three understand the Environment as complex, perceiving EE in a critical way. It was concluded that the conceptions that teachers have of Environment and EA underlie their practices. In this way, it was proved that the naturalist conception of the Environment and preservation of EE, as well as the anthropocentric conception of the Environment and conservationist of EE, motivated specific and isolated activities, promoting an uncritical knowledge. The practices carried out in a critical and contextualized way were based on an understanding that sees the Environment as complex and EE in a critical conception.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná/Campus Pato Branco.

² Universidade Federal de Sergipe.

Keywords: CODAP. Environmental education. Interdisciplinarity. Teaching Practices.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo general comprender cómo la EA está presente en las concepciones y prácticas de los docentes de la Enseñanza Fundamental del Colégio de Aplicação de la Universidad Federal de Sergipe (CODAP). La investigación tiene un enfoque cualitativo, con inspiración fenomenológica. Se encontró que de los ocho entrevistados, cinco tienen una concepción naturalista y/o antropocéntrica del Medio Ambiente, concibiendo la EA con un sesgo conservacionista y/o conservacionista, y tres entienden el Medio Ambiente como complejo, percibiendo la EA de forma crítica. Se concluyó que las concepciones que los docentes tienen de Medio Ambiente y EA subyacen en sus prácticas. De esta forma, se comprobó que la concepción naturalista del Medio Ambiente y preservación de la EA, así como la concepción antropocéntrica del Medio Ambiente y conservacionista de la EA, motivaron actividades puntuales y aisladas, promoviendo un conocimiento acrítico. Las prácticas realizadas de forma crítica y contextualizada partieron de una comprensión que ve el Medio Ambiente como complejo y la EA en una concepción crítica.

Palabras clave: CODAP. Educación ambiental. Interdisciplinarietà. Prácticas de Enseñanza.

Introdução

A problemática ambiental é uma das expressões mais nítidas e dramáticas dos impasses causados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico. Na segunda metade do século XX, as dinâmicas expropriadoras e predatórias dos recursos naturais se acentuaram significativamente, de modo a fazer emergir uma crise de proporções globais. Os diagnósticos e os prognósticos apontados são alarmantes, a ponto, inclusive, de indicarem que a vida no planeta está ameaçada.

A superação desses problemas exige profundas mudanças nas concepções de mundo, de natureza e de bem-estar, tendo como base novos valores individuais, sociais e éticos. Faz parte de essa nova visão desmistificar a percepção de que o homem é o centro da natureza e senhor dela. Embora em escalas diferentes, em alguma medida somos todos responsáveis pela problemática ambiental e pelas suas soluções. Nessa perspectiva, a educação, assim como os demais campos de conhecimento, não pode ficar alheia a essa situação (REIGOTA, 2009). Nesse contexto, a Educação Ambiental – EA – passa a assumir um importante papel na formação de indivíduos partícipes na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Embora o surgimento do campo ambiental no Brasil esteja relacionado aos anos de 1970, foi a partir da década de 1980 que a EA começou a ganhar visibilidade, tendo em vista a abertura política e a ascensão dos movimentos sociais, os quais não só reforçaram o fortalecimento da sociedade civil, como também foram decisivos para a ampliação da esfera pública (CARVALHO, 2001).

Nesse contexto, em 1988, na tentativa de amenizar os problemas ambientais, os temas Meio Ambiente e Educação Ambiental foram assumidos pela nova Constituição Federal como uma obrigação nacional, chamando à responsabilidade individual e coletiva a sociedade na implementação e prática da EA no artigo 225, inciso VI, ao colocar que “[...] cabe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização

pública para preservação do Meio Ambiente”. O *caput* desse mesmo artigo constitucional incorpora o papel da sociedade para a manutenção do meio ambiente equilibrado dizendo que “[...] cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, n/p).

No entanto, é sabido que na escola a educação ocorre com base no processo de ensino aprendizagem sistematizada e com um currículo demarcado por conteúdos organizados por diretrizes nacionais/estaduais/municipais que as regulamentam e as certificam por lei. E é claro que romper com velhas práticas padronizadas não é simples e nem fácil de concretizar, contudo, Gadotti (2000) diz que para entender o futuro é preciso revisitar o passado, pois, à medida que entendermos e contextualizarmos a educação tradicional brasileira que, de certa forma, auxiliou a condicionar nosso comportamento, poderemos introduzir mudanças nos valores, ações e modo de propagar o conhecimento para os nossos educandos.

À vista disso, este escrito parte, então, da seguinte questão norteadora: Em que medida a prática dos docentes do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação (CODAP) da Universidade Federal de Sergipe está balizada pela EA? E delineia como objetivo compreender como a EA estava presente nas concepções e práticas dos docentes do Ensino Fundamental da referida instituição de ensino.

Para tanto, a pesquisa desenvolvida foi do tipo “estudo de caso”, o qual consiste segundo Gil (2002, p. 72), “no estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Os procedimentos metodológicos delimitados perpassaram por quatro etapas: 1) estudo da literatura relacionada ao tema e sobre o contexto a ser estudado com ênfase nas Políticas Públicas da Educação e Educação Ambiental, quais sejam: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – Lei 9795/99; 2) produção de dados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com oito docentes do Ensino Fundamental do CODAP; 3) análise do Projeto Político-Pedagógico do CODAP a fim de analisar como o documento traduz a inserção da EA; e 4) análise e interpretação dos resultados.

A educação ambiental no CODAP da Universidade Federal de Sergipe

A EA se propõe, nas diretrizes e legislações nacional e estadual, a ser uma educação para a emancipação humana e transformação social. Para tanto, se apresenta como processo de formação do cidadão em seus diversos âmbitos, sejam eles culturais, políticos ou sociais, tornando-se indispensável na sociedade atual.

Desse modo, se entendermos a EA como processo de socialização do indivíduo, torna-se instrumento imprescindível para a constituição do cidadão, responsável pelo ambiente e seu entorno. Assim, tem como um dos seus pressupostos básicos inserir aspectos do cotidiano e do meio ambiente na sua formação, instrumentalizando-o para viver em sociedade, de forma crítica, incluindo para tal, nos debates, as ideias político-ideológicas

do sistema de reprodução social e a inter-relação sociocultural do ser humano com a natureza, numa linha freireana, pois, é importante entender que a crise ambiental não expressa apenas problemas de ordem da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza. Por essa razão, acredita-se, que sua eficiência começa quando se tem clareza do conceito Meio Ambiente.

Assim, considerando que a EA tem como centro as questões ambientais, é importante lembrar que a evolução do conceito de EA está diretamente relacionada à evolução do conceito de Meio Ambiente. A partir disso, as concepções de EA adotadas partirão do entendimento de que cada indivíduo possui a respeito de Meio Ambiente.

A pesquisa possibilitou trazer à luz um conhecimento de uma realidade temporal e contextual particular, que nos impeliu a ressaltar que os dados discutidos neste trabalho não eram representativos de uma situação mais ampla das concepções de Meio Ambiente e de EA de todos os professores que ministravam aulas no Ensino Fundamental do CODAP, mas significativos por revelarem aspectos que podem ajudar a elucidar caminhos para reflexões, abrindo-se, inclusive, para novos estudos nesse e em outros contextos educativos.

Na pesquisa realizada, foi possível identificar, a partir da fala dos sujeitos, três tendências conceituais de Meio Ambiente: naturalista, antropocêntrica e complexa e três tendências conceituais de educação ambiental: preservacionista, conservacionista e crítica.

Acerca das tendências conceituais sobre Meio Ambiente, têm-se a seguinte identificação: dois entendimentos embasados na vertente naturalista, o que, por sua vez, originou posicionamentos preservacionistas em relação à EA; três entendimentos aportados na vertente antropocêntrica, consequentemente percebendo a EA de modo conservacionista e três ancorados em uma visão complexa, sistêmica, por conseguinte, a EA em uma concepção crítica.

A concepção naturalista de Meio Ambiente e a perspectiva preservacionista de EA, enfatizam os aspectos naturais, ou seja, pensam o ambiente como um conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos, excluindo outros elementos, tais como as questões políticas, éticas, culturais, sociais, etc. Nessa perspectiva, o meio ambiente é entendido como sinônimo de natureza (ARAÚJO, 2004).

Na visão antropocêntrica – instrumentalizadora e utilitarista de Meio Ambiente –, subjacente à racionalidade instrumental da sociedade moderna, a EA é concebida numa lógica conservadora, resultante de ações isoladas, voltadas para a transmissão de conhecimentos sobre o ambiente, visando mudanças de comportamento nos indivíduos, de forma fragmentada e descontextualizada da realidade, pouco eficazes na superação dos problemas socioambientais locais e globais (ARAÚJO, 2004).

Já a concepção complexa de Meio Ambiente e a perspectiva crítica de EA buscam superar a fragmentação, recuperando a complexidade como forma de perceber o mundo (ARAÚJO, 2004). Ainda que não tenham sido predominantes, representam indícios de uma ruptura epistemológica que vai aos poucos sendo incorporada nas práticas dos docentes na

escola. Para esses professores, a educação necessita ser entendida como um processo permanente de mudança, aprendizagem, ressignificações de conceitos, valores e atitudes, de acordo com que os escritos de Freire (1996) postulam, isto é, a educação deve ser utilizada como dinamizadora de um processo de mudança, por meio de um método ativo, dialógico e participativo.

Desse modo, a escola é desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois, a aprendizagem ocupa toda a vida dos sujeitos e possibilita conferir sentido à cultura cooperativa, cuja interdependência é o cerne das relações sociais estabelecidas, uma vez que há um tempo que a escola deixou de ser somente o lugar onde se aprendia a ler e a escrever.

Vive-se, portanto, hoje, um novo tempo, em que compreender cada vez melhor o mundo faz com que se tomem atitudes mais assertivas para modificar-se enquanto sujeito para modificar o mundo. Assim, o papel da escola é formar cidadãos que enxergam a realidade a sua volta, preocupam-se com ela e trabalham no sentido de transformá-la. Nesse sentido, o ensino deve voltar-se para a compreensão de atuação em um mundo envolto em mudança, de forma a maximizar a aprendizagem, estimular a criatividade e a capacidade de transformação.

Sob essa perspectiva, é preciso que, de alguma maneira, a escola se potencialize na construção/elaboração de um currículo do qual possa, efetivamente, emergir numa escola cidadã, para preparar o aluno também para uma vida cidadã – que é a tônica do trabalho escolar.

É a partir desse contexto que se buscou averiguar se o Projeto Político-Pedagógico do CODAP, vigente em 2011, contemplava a EA e o entendimento dos sujeitos da pesquisa sobre essa inserção. Não se pode deixar de mencionar o fato de que na ocasião da elaboração do documento ainda não havia sido instituída a PNEA – Lei 9795/99, nem a nova LDBEN – Lei 9394/96 e tampouco os PCN, portanto, pode-se dizer que o documento elaborado na época e para a época era avançado. E, nesse sentido, verificou-se que a EA, ainda que tenuamente, estava prevista em todas as disciplinas que compunham a base comum obrigatória, isto é, nas quais havia me proposto a pesquisar. Contudo, é importante destacar que a inserção da EA ficava restrita a esse aspecto, pois, não foram constatadas em outros espaços premissas que evidenciassem sua presença no documento como prática transversal.

Desse modo, o estudo apontou que foram deixadas de lado considerações importantes presentes nos documentos que embasavam a necessidade de relacionar a temática ambiental aos conteúdos do currículo, conforme propõem os PCN (BRASIL, 1998a; 1998b) e a PNEA – Lei 9795/99 (BRASIL, 1999).

A LDBEN – Lei 9394/96 – não traduz de maneira elucidativa a introdução da EA no currículo escolar. Embora incluídas muitas modificações nessa Lei, observa-se que, mesmo sendo base da Educação Nacional no âmbito formal, deixa de reafirmar a importância da EA em todos os níveis de ensino como já trazia a Constituição Federal de 1988.

As vozes e olhares dos sujeitos da pesquisa com relação à maneira como percebiam a inserção da EA pelo PPP evidenciaram que era necessário se afinarem discussões para clarear o que é o PPP e seu sentido, pois, ficara também visível que a falta desse conhecimento mais aprofundado, pela maioria dos docentes, interferia no seu entendimento da inserção da EA pelo documento, verificando-se, inclusive, certa confusão conceitual com o Plano de Ensino.

Ações concretas e exequíveis com relação à atualização dessa questão, por estar ausente, ou por falta de conhecimento, dificultavam a execução do próprio PPP como um processo inconcluso, para que o compromisso de se trabalhar a EA em direção a uma finalidade que devesse estar presente como horizonte da escola fosse contemplado e explicitado por todos os envolvidos. Evidenciou-se, de um lado, que era necessário e urgente que esse documento fosse disseminado na comunidade escolar para respaldar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo CODAP, e, por outro, precisando, claro, ser revisto periodicamente.

Nessa perspectiva, refletindo sobre a inserção das questões ambientais na escola em todas as disciplinas e prioritariamente de forma interdisciplinar, era preciso questionar sobre como fazer dessa temática um espaço de criação e construção de novas vivências significativas, geradoras de novos saberes.

Desse modo, conforme apontado nas entrevistas realizadas, foi possível observar que as questões ambientais compareciam na prática pedagógica dos docentes, sob diversas formas; em alguns casos de maneira crítica, quando tratadas com maior profundidade, representando conteúdos explorados com explicações que remetiam a contextos locais e globais. E, em outros, num viés conservacionista, quando as inserções das questões ambientais denotavam a falta de contextualização dos assuntos abordados, ficando as questões restritas a exemplos, impossibilitando discussões e reflexões que envolvessem situações próximas à vida dos alunos.

Dos oito professores entrevistados, cinco não trabalhavam numa abordagem crítica de EA, que refletisse sobre os benefícios e/ou malefícios, associados ao dito desenvolvimento contemporâneo, bem como sobre suas implicações para o meio ambiente. Assim, a inserção da temática ambiental se distanciava da Educação Ambiental quanto ao seu objetivo, que incluía contemplar a busca de solução para os problemas ambientais mais urgentes vividos pelas populações, mostrando os limites e as possibilidades de mudanças para a melhoria da qualidade de vida.

Ficou evidenciado, ainda, que a cada início de ano, se fazia presente certo mal-estar profissional, posto que havia uma ânsia em procurar fazer o melhor, afetando a todos quanto a essa questão da EA. Daí que planejavam, discutiam, elaboravam algumas atividades em conjunto, mas, na hora de aplicá-las, sentiam dificuldade em implementar seu planejamento. Inclusive, ficou implícito nas respostas da maioria dos professores, que havia necessidade de realização de um maior número de trabalhos coletivos.

Não obstante a falta de uma definição objetiva sobre o conceito de interdisciplinaridade, ao cruzar a discussão sobre as dificuldades em se definir esse conceito

com os limites da prática interdisciplinar dos professores do Ensino fundamental do CODAP, observou-se que a EA era trabalhada somente por quatro professores de maneira interdisciplinar, os demais docentes não trabalhavam nessa perspectiva e/ou se trabalhavam, confundiam trabalhos multidisciplinares como interdisciplinares³. Essa perspectiva pareceu ser um problema das escolas de um modo geral e não somente do CODAP – o que era preciso ser resolvido.

A análise das entrevistas desvelou, também, que os professores anseiam realizar algo que implique em mudanças conceituais e atitudinais e que, para tanto, se interessam por qualificarem-se nessa temática, além de compreenderem que o caminho era inserir temáticas que discutissem comportamentos, atitudes e valores, mas manifestavam dificuldade em virtude da falta de capacitação e da necessidade de um projeto coletivo do CODAP, ou por outros motivos, que não ficaram tão aparentes nas respostas apresentadas, ficando visível que a maioria sentia dificuldade em trabalhar numa abordagem da Educação Ambiental Crítica.

O CODAP não possuía uma estrutura pedagógica que tratasse a EA como uma prática transversal e interdisciplinar. O único documento que dava a entender que essa prática era uma possibilidade existente no Colégio era dado pelo artigo 56 do seu Regimento que diz: “Na elaboração dos programas os professores deverão observar os princípios de integração horizontal e vertical entre os componentes curriculares”. No entanto, percebeu-se que a estrutura curricular favorecia a fragmentação dos conteúdos, viabilizando uma desarticulação entre os profissionais, o que refletia certo isolamento de cada um em sua própria disciplina, dificultando desse modo, a inserção da EA nesse meio educacional.

Essa dificuldade levantada pelos sujeitos da pesquisa e outras como a falta de tempo devido às inúmeras atividades, rotatividade de docentes (contratação de professores substitutos), o isolamento de alguns professores, desinteresse por parte dos alunos “conteudistas” (anos finais) a uma proposta inovadora, pressões advindas em torno de taxas de aprovação e o entendimento claro do que é a EA, tornava complexo e dificultoso ainda mais esse quadro – o que ficou implícito nos depoimentos de alguns professores e explícitos em outros. Ainda assim, vários trabalhos de EA – interdisciplinares ou não – vinham sendo realizados no CODAP, porém, com pouca ou nenhuma divulgação e mais grave, talvez, sem a prática cotidiana que possibilitasse a transformação desse *status quo*.

O entendimento de que as atividades desenvolvidas não tinham apresentado grande eficiência na “*promoção da consciência ambiental*”, também pode ser percebido porque, de acordo com os professores, não existia um projeto institucional do Colégio que priorizasse a questão ambiental e as atividades desenvolvidas eram realizadas pontualmente, não

Ressalta-se que, ao mencionar multidisciplinaridade, os docentes referem-se ao estágio de integração de disciplinas sem que haja um estudo conjunto e aprofundado do objeto de estudo. Diferentemente, quando mencionam interdisciplinaridade, referem-se à interlocução entre as áreas de conhecimento, debruçando-se, coletivamente, sobre um objeto de estudo e suas inter-relações (DOMINGUES, 2012).

possibilitando mudanças significativas com relação às atitudes tanto de alunos quanto de professores.

De uma maneira geral, pode-se dizer que existia uma preocupação por parte dos professores entrevistados em desenvolver atividades a serem trabalhadas durante todo o ano letivo, contudo, muitos deles não conseguiam relacionar a EA aos conteúdos curriculares. Isso ocorria porque os conceitos de EA, interdisciplinaridade e transversalidade não estavam bem definidos para esses professores, os quais necessitavam de espaços de diálogo e formação.

Conclusão

A Educação Ambiental adentrou no ensino formal como resultado de ações da sociedade, principalmente como consequência das preocupações manifestadas por estudos e pesquisas de que as reservas planetárias podem se esgotar e levar a espécie humana à extinção. Eventos internacionais vêm-se sucedendo de tempos em tempos para discutir tal temática, com o sentido de informar e formar as atuais gerações para o compromisso e responsabilidades do “cuidado” com o meio, de modo a permitir às futuras gerações um planeta ambientalmente sustentável. Daí a necessidade da EA.

Nesta perspectiva, vale destacar que, desde as décadas de 1960/1970, a EA vem sendo configurada por um conjunto de movimentos em defesa do meio ambiente (conferência, fóruns, convenções, etc.) de caráter internacional, os quais sedimentaram diretrizes e acordos que passaram a orientar as políticas ambientais nacionais e foi, no interior desse movimento que se estabeleceu que a EA, além de ser difundida em vários âmbitos da vida social, também devesse ser introduzida no ensino formal dos países signatários desses acordos internacionais (DIAS, 2004).

No entanto, é necessário ressaltar que, embora recomendada por todas as Conferências Internacionais, exigida pela Constituição Federal e declarada como componente essencial e permanente da educação nacional pela PNEA - Lei 9795/99, a EA está longe de ser uma prática tranquilamente aceita e desenvolvida no contexto escolar.

Implementar a Educação Ambiental no ensino formal não tem sido tarefa fácil, tendo em vista que é um processo que deve servir de socialização do ser humano, necessitando de aquisição ou construção de conhecimento válido e significativo sobre o ambiente, seja em escala local ou mundial - o que requer que sejam pensadas e articuladas metodologias que promovam o conhecimento interdisciplinar do objeto para que não seja tratado de forma descontextualizada do mundo no qual o indivíduo está inserido.

Para tal, é preciso que os atores envolvidos tenham clareza de que a EA tem como finalidade promover o desenvolvimento de valores e atitudes que se traduzam em uma nova forma de lidar com o meio ao qual pertence, sob a égide de uma ética que visa ao respeito à vida em todas as formas - o que se tem constituído em um grande desafio para os professores, principalmente àqueles que tiveram sua formação realizada sob orientação da racionalidade técnica.

Assim, considerando o sistema atual de ensino e o paradigma pelo qual os professores foram formados, é de se esperar que dificuldades apareçam na implementação da referida educação no ensino formal, porém, avanços incipientes e significativos vêm sendo evidenciados.

Destarte, se a escola conseguir proporcionar uma leitura crítica da realidade, estimular a participação efetiva dos alunos na aprendizagem e chamar à responsabilidade de cada um para o objetivo de ampliar e melhorar a qualidade de vida, ela estará cumprindo seu papel.

Para tanto, o ideal é os professores se aproximarem da teoria a partir das necessidades da sua realidade, dos seus alunos, para então desenvolver competências a fim de consolidar um pensamento crítico e um trabalho que contribua substancialmente para a formação de cidadãos conscientes, atentos às questões ambientais, motivados para transformar a realidade local na defesa da qualidade de vida, onde seja possível relacionar cidadania com pertencimento, com uma nova forma de o homem relacionar-se com o mundo, com os recursos naturais e com o próprio homem, possibilitando assim a construção de uma sociedade sustentável.

Com o objetivo de fortalecer as práticas de EA na escola, foram apontados ao final da pesquisa alguns possíveis caminhos:

- Incrementar o processo de capacitação docente visando ao trabalho com projetos interdisciplinares;
- Estreitar as relações de parceria com a Universidade e a comunidade;
- Rever o Projeto Político Pedagógico do Colégio a fim de adequá-lo às novas exigências legais e realidades da sociedade;
- Estimular o diálogo entre direção, coordenação, professores, alunos e comunidade local para que se possa planejar, discutir soluções e decidir de forma participativa atividades e projetos de EA que tragam conhecimentos significativos.

Entendendo, todavia, que devido à complexidade do processo educativo e das suas múltiplas relações, a viabilização desses caminhos não é uma tarefa simples e cômoda, porém, que esse conjunto de sugestões/ações possa se constituir num incremento qualitativo no processo educativo que visa a formar cidadãos críticos e conscientes de sua realidade.

Ainda, com relação à EA, é necessário que se estimule a participação constante dos professores nas atividades de orientação pedagógica, uma vez que alimentaria a troca de saberes e experiências, transformando a escola em espaço de formação. Ainda nesse sentido, outro caminho seria o de repensar a função e os objetivos da Parada Pedagógica na escola, que poderiam contribuir para a formação continuada dos professores em serviço.

Referências

ARAÚJO, M. I. O. **A Dimensão Ambiental nos Currículos de Formação de Professores de Biologia.** 209 f. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Brasília: Senado, outubro de 1988, 168p.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril, 1999.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** – Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Meio ambiente: vol. 10.3** – Brasília: MEC/SEF, 1998b, 174p.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental, Princípios e Práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 4ª ed.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

Eliane Terezinha Farias Domingues

Licenciada em Pedagogia, Especialista em Metodologia do Ensino Tecnológico e Mestre em Educação. Pedagoga da Universidade Tecnológica Federal do Paraná/Campus Pato Branco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4250-101X>.

Maria Inêz Oliveira Araújo

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe (1981), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (1996), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2004) e pós-doutora pela Universidade do Porto, com bolsa da CAPES. Professora Titular da Universidade Federal de Sergipe, desenvolvendo suas atividades acadêmicas de graduação no curso de Pedagogia, ministrando as disciplinas Educação e Ética Ambiental, Ensino de Ciências Séries Iniciais e Seminários Integradores e no Curso Licenciatura em Ciências Biológicas, orientando



monografia; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação como professora da disciplina Pesquisa em Educação e orientadora do mestrado e doutorado. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa de Educação Ambiental do estado de Sergipe – GEPEASE e pesquisadora da Sala Verde na UFS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, ensino de Ciências e Biologia, metodologia e formação de professores. Professora Titular aposentada, com vínculo de professora voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0115-0049>. E-mail: inezaraujo58@gmail.com.

Recebido em: 12/05/2022

Aprovado em: 18/05/2022

Publicado em: 27/06/2022